Cartografia corporificada e participação-observante: vulnerabilidades e oportunidades no mapeamento de processos político-comunicativos[1]

Embodied cartography and participatory observation: vulnerabilities and opportunities in the mapping of political-communicative processes

Lucas Veloso
lucasnveloso@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-9688-7819

Doutorando em Ciência Política no PPGCP/UFMG. Bolsista CAPES/Proex. Membro do MARGEM - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça.

Ângela Marques
angelasalgueiro@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2253-0374

Professora do departamento de Pós-graduação em Comunicação Social no PPGCOM/UFMG. Membro do MARGEM - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça.

Resumo

Consideramos o conceito de "cartografia encarnada" como um gesto metodológico e ético para a geração de dados e para a análise de processos comunicativos-políticos colocados em ato por dinâmicas de participação cidadã, como os movimentos sociais. Articulando epistemologia feminista das vulnerabilidades, noções pós-representacionais de cartografia social e princípios da participação-observante, propomos uma estratégia para mapear condições de possibilidade e performatividades que nos permitem distinguir distintas topografias de participação política. Aplicamos esta abordagem a um estudo de caso sobre o movimento de luta antimanicomial no Brasil, desvendando como a interação entre as vulnerabilidades do cartógrafo e dos participantes abre caminho para inovações em conhecimento social e democracia. Destacamos não apenas os desafios e oportunidades dessa abordagem, mas também seu potencial de desdobrar *insights* teóricos e conceituais situados, como nosso conceito emergente de "crioulização antimanicomial".
Palavras-chave: cartografia social, inovação democrática, vulnerabilidades, movimentos sociais, estética da política.

Abstract

We consider the concept of "embodied cartography" as a methodological and ethical gesture for the generation of data and the analysis of communicative-political processes enacted by citizen participation processes, such as social movements. By articulating feminist epistemology of vulnerabilities, post-representational notions of social cartography, and principles of observant participation, we propose a strategy for mapping conditions of possibility and performativities that enable us to distinguish different topographies of political participation. We apply this approach to a case study on the anti-psychiatry movement in Brazil, unveiling how the interaction between the vulnerabilities of the cartographer and the participants paves the way for innovations in social knowledge and democracy. We highlight not only the challenges and opportunities of this approach but also it is potential to unfold situated theoretical and conceptual insights, such as our emerging concept of "anti-psychiatric creolization"
Keywords: social cartography, democratic innovation, vulnerabilities, social movements, aesthetics of politics.

Introdução

Este artigo considera o conceito de "cartografia encarnada" como uma resposta metodológica e ética para o mapeamento de vulnerabilidades e inovações democráticas promovidas por instituições e coletivos cidadãos, como movimentos sociais. Entendemos por cartografia encarnada um tipo de engajamento de pesquisa onde o mapeamento de um processo social é realizado por meio de uma descrição densa e crítica das trajetórias de interações estabelecidas entre corpo-pesquisador e corpos-sujeitos de pesquisa ao longo de distintos espaços-tempo. Espera-se que essa estratégia permita ao pesquisador ser afetado por dilemas e imprevistos concretos que constrangem e oportunizam comunicação e participação democrática, de maneira que assim seja possível diagramar condições de possibilidade e efeitos performativos outrora invisibilizados por observações abstraídas da pragmática cotidiana.

O papel de instituições participativas, fóruns cidadãos e movimentos sociais nas democracias foi amplamente

[1] Este estudo contou com apoio do CNPq, da Capes e da Fapemig.

DOI: https://doi.org/10.4013/qt.2023.1122.03 – Vol. 11, nº 22, julho-dezembro/2023

ressignificado ao longo do tempo. No início do século XX, em decorrência da emergência do nazifascismo, teorias democráticas defenderam a limitação da participação cidadã ao mero consumo de políticas ofertadas por elites em competição partidária (e.g., Schumpeter, 2017). Dentre outros fatores, as conquistas alcançadas pelos "novos" movimentos sociais do contexto pós-Segunda Guerra foram fundamentais na contestação do elitismo democrático. Por exemplo, para Habermas (2022 [1992]), a atuação de novos movimentos sociais e sociedade civil em geral é de grande importância para tornar visíveis problemas e violências sociais, formação de opinião pública e exercício de pressão e controle sobre parlamentos, tribunais e administração estatal. Não à toa, um campo fértil de pesquisa se formou nos campos da ciência política e comunicação social com o intuito de compreender que fatores, como recursos, relações de solidariedade, oportunidades políticas e condições comunicacionais, menos ou mais afetam a capacidade de movimentos sociais e cidadãos ordinários exercerem seus múltiplos papéis democráticos (Tilly, 1995; Tarrow, 2009; Marques; Maia, 2008; Mendonça, 2012; Bennett; Segerberg, 2013).

Apesar dos ricos conceitos e modelos teóricos apresentados pelas teorias dos movimentos sociais supracitadas, a epistemologia feminista das vulnerabilidades nos convoca a compreender condições de formação de ação coletiva e realização da autonomia política cidadã a partir de outras lentes (e.g., Mackenzie; Rogers; Dodds, 2014; Laugier, 2016; Biroli, 2018).

Por meio das teorias das vulnerabilidades, somos levados a considerar um movimento social ou processos de participação cidadã como uma articulação de sujeitos e corpos cuja ação política é sempre constrangida, mas também permeada de resistências e criatividades que emergem tanto apesar quanto a partir das vulnerabilidades que experienciam (Butler, 2016, 2017, 2018, 2019). Nesse sentido, estudar movimentos sociais e participação política por meio do conceito de vulnerabilidades é oportunidade não apenas de teorizar sobre dilemas de ações coletivas ou obstáculos que dificultam possibilidades de exercício de cidadania e demanda por justiça. É, sobretudo, mapear inovações democráticas que os próprios movimentos sociais colocam em prática para reconfigurar suas vulnerabilidades cotidianas em potências produtivas para suas causas e democracia em geral (Veloso; Marques, 2018; Veloso, 2020, 2022). Nesse prisma, vulnerabilidades não são condições existenciais determinadas de antemão ou uma constante propensão a ser violado, mas uma constante possibilidade de mudança[2] (Fineman, 2017). São situações existenciais críticas que, ao mesmo tempo que expõem sujeitos e corpos a riscos e danos, também apresentam oportunidades de experimentar, resistir e reconfigurar a si mesmos e seu cotidiano a depender do contexto, suportes articulados e improvisos performados.

Apesar do potencial acadêmico e democrático das propostas conceituais apresentadas, não é simples operacionalizar o conceito de vulnerabilidades. Como realizar o duplo empreendimento acima exposto, a saber, mapear relações de poder e agência criativa de corpos e sujeitos vulneráveis, sem que, com este mesmo movimento, o pesquisador reitere tanto identidades e rotulações estigmatizantes (incapacidade, vitimização, passividade) ou narrativas que romantizem lutas de coletivos historicamente precarizados e violentados?

Diante de tais inquietações, a literatura das vulnerabilidades nos apresenta uma importante sugestão: compreender por que e como os próprios sujeitos políticos nomeiam, valoram e resistem às opressões e danos que lhes acometem de uma determinada maneira em detrimento de outras tantas (Cole, 2017). Tal como Judith Butler (2012), entendemos que tal gesto metodológico e ético requer que o próprio sujeito pesquisador descentralize ou "desaproprie" entendimentos e pontos de vista pré-concebidos que possui sobre a alteridade e se implique, de fato, com os eventos, territórios, e forças políticas que simultaneamente constrangem ou possibilitam a ação política concreta de certos grupos políticos.

Neste artigo, refletimos em que sentidos a cartografia social pode ser considerada como conceito, metodologia e possibilidade de resposta política para projetos de pesquisa que buscam tanto mapear constrangimentos políticos quanto inovações democráticas colocadas em ato por movimentos sociais e processos político-comunicativos promovidos por cidadãos engajados. Não obstante, estamos tratando aqui de um conceito específico de cartografia social: a "cartografia encarnada". Defniremos esse conceito na sequência e, posteriormente, refletiremos sobre suas potencialidades e vulnerabilidades à luz de um estudo de caso que realizamos junto ao movimento social de luta pelos direitos de sujeitos em situação de sofrimento mental no Brasil: o movimento social de luta antimanicomial.

1 Da cartografia social para a cartografia encarnada

A cartografia social pode ser definida como um mapeamento e análise de superfícies e materialidades do mundo social (topografias) como estratégia para se identificar como se manifestam, sobrepõem e diferenciam culturas e modos de sociabilidade em diferentes contextos. Contudo, entendemos que a cartografia social é um método para além de um exercício de "representação" de uma dada realidade por meio de mapas (Vaughan, 2018, p. 1).

Mais do que representar uma dada realidade, podemos considerar a cartografia social como um mapeamento investigativo que almeja compreender como relações de poder introduzem diferença na forma com que topografias políticas emergem, se reproduzem ou são impedidas de vir a ser. Nesse outro sentido, a proposta é a de "diagramar" como um dado feixe de relações de força e poder atuam como "causas imanentes não unificadoras" de múltiplas assemblages concretas (subjetividades, territórios, coletivos e formas de expressão) e funções sociais (comunicação, educação, trabalho, artes, luta política, entre outras) exercidas num dado território

[2] "Enquanto seres encarnados, somos universal e individualmente susceptíveis de sofrer alterações no nosso bem-estar. As mudanças podem ser positivas ou negativas – adoecemos, ferimo-nos ou declinamos, mas também aumentamos as nossas capacidades e desenvolvemos novas competências e relações. O termo 'vulnerável', utilizado para conotar a suscetibilidade contínua à mudança, tanto no nosso bem-estar corporal como social, que todos os seres humanos experimentam, torna claro que não existe uma posição de invulnerabilidade – nenhuma forma conclusiva de prevenir ou evitar a mudança" (Fineman, 2017, p. 142, tradução nossa).

atual ou virtual (Deleuze, 1988, p. 36-37). Tal conceituação é uma promissora forma de realizar investigações empíricas acerca das condições de possibilidade de fenômenos políticos e comunicacionais e, também, atentar sobre suas consequências concretas (performatividades) na vida de sujeitos, corporeidades e instituições.

A adoção de um conceito de cartografia preocupado em mapear as múltiplas forças e processos comunicativo-políticos que impactam reprodução e/ou emergência de topografias sociais exige também um questionamento sobre a posicionalidade do cartógrafo em relação a sua cartografia. Como diagramar a dinâmica complexa da vida social a partir de um exercício afastado e contemplativo de interações sociais, tal como aquele realizado por um artista ou investigador distanciado que representa uma paisagem estática?

Argumentamos que para registrar os rastros das dinâmicas interacionais e diagramar as relações responsáveis pelo vir a ser de uma dada topografia política, é necessário ao cartógrafo "se deixar levar por esse campo coletivo de forças" (de Barros; Kastrup, 2009, p. 57). Entendemos que, tal como no método etnográfico, uma cartografia que pretende dar conta das condições de possibilidade e consequência concretas de processos e territórios comunicativo-políticos depende de uma participação-observante[3] (Wacquant, 2002) em que o cartógrafo se exponha ao campo de forças e topografias que almeja descrever. Assim, entendemos que um movimento de implicação corporificada do cartógrafo com sujeitos de pesquisa, seus dilemas e vulnerabilidades, aumenta as oportunidades do mesmo "ser afetado" pelos feixes de forças comunicativo-políticas que constrangem mas que também oportunizam processos de resistência, inovação política e mudança social.

Quando propomos a articulação de um conceito pós-representacional de cartografia social com princípios de observação-participante, não temos a pretensão de nos "colocar no lugar" dos sujeitos que vivenciam, reproduzem ou contestam uma dada topografia política (Goldman, 2016, p. 32-33). A expectativa é a de que o pesquisador possa controlar tanto preconceitos e vieses como questionar sua própria posicionalidade perante os sujeitos de pesquisa, aumentando o rigor e a confiabilidade de sua análise, assim como sua sensibilidade aos fatores, relações, vozes e corpos muitas das vezes negligenciados como relevantes para a compreensão de um dado fenômenos políticos.

Considerada a discussão anterior, definimos a "cartografia encarnada" como um método de participação-observante em que uma pesquisadora se implica, de forma corporificada, com os fenômenos, processos e sujeitos de pesquisa. Seu objetivo principal é o de mapear condições de possibilidade e efeitos interacionais (performatividades) de topografias políticas que certos grupos sociais reproduzem, contestam e/ou lutam por fazer existir. No que se refere à geração de dados, esse tipo de cartografia gera registros afetivos, textuais e audiovisuais que permitiram a/o cartógrafa/o tanto realizar os objetivos anteriormente expressos quanto promover um contínuo questionamento e "desapropriação" dos enquadramentos e interpretações que realiza sobre as sujeitas com quem interage ao longo do empreendimento. Metodologicamente, as descrições e as inferências que se almeja realizar serão lastreadas por uma constante busca por compreender como a variação (ausência, interseccionalidade da presença e intensidade) de certos tipos de recursos, relações e interações sociais corroboraram para que a emergência de certas topografias se desse de uma dada maneira em detrimento de outras. Por meio dessas evidências, podem-se realizar inferências abdutivas[4] que sustentem teorias concretas de médio-alcance que deem sentido e mesmo explicação situada a cadeias de acontecimentos, cenas interacionais ou mesmo gestos políticos de interesse.

Para considerar as potencialidades e vulnerabilidades metodológicas do conceito de cartografia encarnada, realizamos, na próxima seção do artigo, uma reflexão epistemológica, metodológica e ética acerca de uma "participação-observante" realizada junto ao movimento social antimanicomial em 2019. Nesse empreendimento, que culminou numa dissertação de mestrado, mapeamos como vulnerabilidades sociopolíticas introduziram diferença no seu protesto político. Todavia, neste artigo não temos a pretensão de discutir detalhes e resultados específicos desse trabalho, que podem ser verificados em outras de nossas produções (Veloso; Marques, 2018; Veloso, 2020, 2022).

O que pretendemos, nesta ocasião, é apresentar uma reflexão que demonstre como uma "cartografia encarnada" pode nos ajudar a: a) modular as vulnerabilidades metodológicas de uma pesquisa às incertezas e aos dilemas de um mapeamento de um processo social, de maneira a assim aproveitar oportunidades e trilhas imprevistas que têm a potência de "desapropriar" e colocar em xeque quadros e conceitos pré-estabelecidos pelo desenho de pesquisa ou mesmo literatura acadêmica; b) encontrar linhas e vestígios semióticos que permitam compreender como sujeitos nomeiam, resistem e/ou reconfiguram as vulnerabilidades que lhes acometem; c) conectar eventos-territórios que, embora apartados espaço-temporalmente, influenciam as condições de possibilidade das topografias e efeitos interacionais (performatividades) que ao mesmo tempo constrangem e possibilitam a emergência de sujeitos, processos interacionais e instituições.

Sobre o movimento de luta antimanicomial, essa é uma entidade política que emerge na cena pública brasileira a partir

[3] Tanto Wacquant (2002) como Márcio Goldman, sobretudo a partir da consideração da experiência etnográfica de Jeanne Favret-Saada (1990 apud Goldman, 2006, p. 32-33), nos levam a considerar que o famigerado conceito de observação-participante, além de um termo oxímoro, pode trazer prejuízos ao trabalho de campo do etnógrafo caso ele não considere as contradições e constrangimentos que o ato de participar da cultura ou vida nativa impõe ao ato de observar. Em outras palavras, em muitas situações, devem-se assumir as consequências de se optar em observar ou efetivamente participar do mundo social que se almeja compreender. Por isso, ambos nos sugerem que uma ênfase na participação, ao ser afetado, seria mais promissora à etnografia do que a postura de observação, de maneira que, assim, o etnógrafo experimente as possibilidades, constrangimentos e consequências do agir na cultura e contexto que pretende compreender.

[4] Para o pragmatista Charles Peirce (1998, p. 106), o raciocínio abdutivo é aquele que "parte dos fatos sem, a princípio, ter em vista qualquer teoria específica, embora seja motivada pelo sentimento de que é necessária uma teoria para explicar fatos surpreendentes". Em suma, enquanto a abdução procura teorias que expliquem um certo conjunto de fatos semelhantes, a indução procurar fatos distintos para testar teorias dadas de antemão, enquanto a dedução infere resultados a partir de princípios lógicos conhecidos.

da organização de trabalhadores da saúde em meados dos anos 1970. Ainda hoje, para além da luta por melhores condições de trabalho e saúde pública em geral, o movimento se opõe à reiteração de práticas psiquiátricas e sociais violentas tal como manicômios, lobotomia, eletrochoque e os efeitos nocivos da cotidiana estigmatização e marginalização do sujeito em situação de sofrimento mental (Amarante, 1995; Silva, 2003). Ademais, de forma propositiva, o movimento apresenta outras práticas e instituições de cuidado pautadas pela autonomia e no empoderamento dos sujeitos. Nossa conexão com esse coletivo remonta pelo menos ao ano de 2015. Na ocasião, um de nós autores iniciara um trabalho de cunho etnográfico buscando compreender como repertórios de arte eram mobilizados pelo movimento antimanicomial como forma de resistência política. Graças à autorização das lideranças do Fórum Mineiro de Saúde Mental (doravante FMSM), tivemos condições de acompanhar o processo de deliberação, construção e performance do protesto "dia de luta antimanicomial", considerado na sequência.

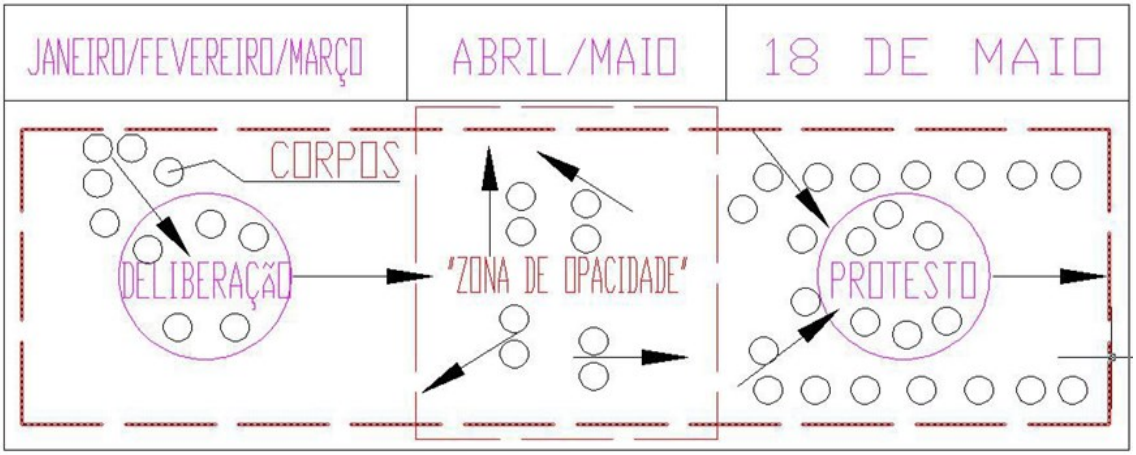
2 Mapeando condições de possibilidade e performatividades do movimento social antimanicomial

2.1 Uma cartografia de muitos mapas

Na Figura 1, apresentamos a perspectiva que possuíamos do processo de construção do dia de luta antimanicomial até fim de 2018. Tal como observadores espaço-temporalmente distantes de um território ou população, essa perspectiva inicial linearizava cadeias de eventos, homogeneizava atores sociais e reduzia intensamente a complexidade do fenômeno político-comunicativo. Apesar da violência epistêmica, ainda assim, como quaisquer *frames* ou enquadramentos sociopolíticos (e.g., Butler, 2010), esse mapa organizava nosso entendimento do fenômeno social, fornecendo-nos pontos de partida e chegada para o empreendimento cartográfico que iríamos realizar.

Na ocasião, vislumbrávamos que a construção do protesto antimanicomial acontecia em pelo menos dois grandes eventos-territórios, que deveriam ser mapeados: a) reuniões deliberativas do movimento social, que ocorreriam entre os meses de janeiro a março; b) o evento "dia de luta antimanicomial", que ocorre anualmente em 18 de maio no centro de Belo Horizonte. Contudo, entre essas duas regiões de nosso mapa, formavam-se grandes "zonas de opacidades", ou seja, lacunas espaçotemporais que não nos permitiam vislumbrar que tipos de atores, processos e topografias, especialmente entre os meses de abril e maio, seriam responsáveis por fazer o protesto antimanicomial vir a ser.

Figura 1 – Visão "afastada": mapa do fluxo de construção do protesto do dia de luta antimanicomial



Fonte: Elaboração dos autores.

A incerteza quanto aos eventos-territórios que fariam parte de nossa cartografia, sem dúvida, inviabilizou um planejamento detalhado de nosso empreendimento. Nomeamos essa situação de simultânea abertura e incerteza quanto aos trilhamentos que seriam realizados pela nossa investigação como "vulnerabilidade cartográfica": uma situação tanto de ameaça quanto de oportunidade para nossa investigação empírica. Oportunidade porque essa opacidade, ao impossibilitar um planejamento prévio, permitia ao cartógrafo manter-se aberto (e desejante) para percorrer as trilhas que o próprio ato de cartografar e interagir com os sujeitos de pesquisa apresentariam. Como descreveremos adiante, essa abertura foi importantíssima para que o cartógrafo modulasse sua inicial cartografia-observante numa cartografia-participante, graças à possibilidade inesperada de se tornar membro da bateria da escola de samba antimanicomial.

A seguir, descrevemos as trilhas e os eventos-territórios que foram mapeados ao longo da cartografia realizada. Dividimos esses eventos-territórios em dois conjuntos devido à semelhança de características metodológicas e de dados gerados em cada um desses, facilitando a reflexão sobre a variação das vulnerabilidades cartográficas, improvisos metodológicos e resultados alcançados.

O primeiro conjunto de reflexões, nomeado de cartografia "logocentrada", diz respeito aos oito eventos deliberativos de construção do dia de luta antimanicomial, realizados no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) e que ocorreram entre janeiro e março de 2019. O segundo

conjunto, que nomeamos como cartografia "corpocentrada", agrega dois eventos-territórios de preparação de repertórios artísticos para o protesto: 1) um evento de seleção de personagens carnavalescos (rainha de bateria, mestre-sala) e samba-enredo, que ocorreu no Parque Lagoa do Nado, em abril de 2019; 2) oito ensaios da escola de samba-antimanicomial, ocorridos na Fundação Nacional das Artes de Minas Gerais (FUNARTE-MG), entre abril e maio de 2019. Por fim, o protesto do dia de luta antimanicomial, ocorrido nas ruas e avenidas que ligam a Praça da Liberdade e a Praça da Estação em Belo Horizonte, em 18 de maio de 2019.

2.2 Cartografia logocentrada

2.2.1 Incertezas nos trilhamentos e topografias

Uma primeira característica daquilo que denominamos primeira fase de nossa cartografia, que enfocou nos eventos deliberativos do processo de construção do protesto antimanicomial, foi percorrer, simultaneamente, trilhas digitais e físicas.

Quanto às trilhas digitais, elas foram exploradas a partir dos *e-mails* enviados pelo FMSM ao longo de todo o processo deliberativo. Para além de terem sido o meio de recebermos os convites para as reuniões, esses *e-mails* nos permitiram mapear informações e pontos de vista que os próprios sujeitos de pesquisa formaram a respeito das reuniões deliberativas. Isso porque as atas de reuniões anexas a eles registraram tópicos, debates, proposições e tomadas de decisão acerca do protesto antimanicomial. Outros anexos desses *e-mails*, como propostas de poemas e letras de música para o protesto antimanicomial, nos permitiram gerar rastros sobre interações que ocorriam para além dos contextos concretos de deliberação, onde o cartógrafo esteve mais presente. Toda essa materialidade pôde ser considerada e contrastada durante a fase de análise do material gerado em interações face a face com os sujeitos de pesquisa. Isso foi fundamental para adensarmos nossa compreensão sobre motivos e "formas de nomear" e contestar vulnerabilidades e danos a serem denunciados no protesto antimanicomial de 2019 (Cole, 2017).

Figura 2 – Reunião deliberativa antimanicomial no CRP-MG



Fonte: Arquivo pessoal.

Outras características e dados dessa primeira fase da nossa cartografia, centrada nos eventos deliberativos antimanicomiais, se relacionaram com as condições interacionais do território deliberativo mapeado e postura adotada pelo cartógrafo nesses eventos.

Historicamente, o movimento social antimanicomial utiliza a deliberação democrática como método de organização de suas interações comunicativo-políticas. Apesar de não haver um consenso quanto à definição do conceito, a deliberação pode ser entendida como um tipo específico de interação que envolve exposição e ponderação de preferências, valores e interesses em questões de inquietação comum (Batchinger *et al.*, 2018). Nessa "situação ideal de fala", espera-se que cidadãos ordinários construam, dialogicamente, tomadas de decisões coletivas legitimadas por princípios políticos como inclusividade, paridade de participação, reflexividade e responsividade (Chambers, 2003). Em relação à construção do protesto antimanicomial, os eventos deliberativos que cartografamos tiveram como foco específico tanto dividir trabalho e coordenar ações quanto habilitar uma construção coletiva e paritária de um tema e repertório de protesto representativo das urgências e demandas dos integrantes do movimento social.

Sem dúvida, o conjunto de regras e procedimentos que caracterizam a deliberação democrática é de suma importância para o movimento antimanicomial. Especificamente, as seguintes normas e etapas de interação deliberativa constituíram os eventos antimanicomiais: a) apresentações dos indivíduos uns aos outros e preenchimento da lista de presenças; b) elaboração e leitura de atas das deliberações; c) inscrição e controle de tempo de fala; d) apresentação de propostas e pontos de vista; e) encerramento com encaminhamentos e distribuição de tarefas para a reunião seguinte; f) votações. Para além da legitimidade de tomadas de decisão, essas normas deliberativas atenuam assimetrias políticas que, inevitavelmente, existem entre trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), usuários e outros apoiadores do movimento antimanicomial que se agregam para construir um protesto político comum.

Quanto à nossa pesquisa, a cartografia do espaço território-deliberativo fora muito produtiva em termos de geração de

dados, embora o mapeamento realizado tenha sido predominantemente logocentrado. Tendo sido autorizado pelas lideranças do FMSM para participar e gerar registros do processo deliberativo, o cartógrafo teve a possibilidade de gerar um caderno etnográfico com ricas descrições das interações, atos de fala e cenas deliberativas. Por meio de tais registros e em conjunto com as informações que circularam pela lista de *e-mails* do FMSM, gerou-se uma volumosa topografia textual que representou a quase totalidade dos enunciados verbais das deliberações.

Contudo, em termos de vulnerabilidades cartográficas, consideramos que a postura do pesquisador foi muito mais, em termos deleuzianos (1986), de um "arquivista" de discursos do que, de fato, um "cartógrafo". Refletiremos agora sobre as vulnerabilidades de uma cartografia logocentrada, ou seja, constrangimentos e oportunidades que derivam de uma cartografia corporificada que ocorre sobretudo pela escuta e observação.

O evento-território deliberativo, com suas normas, constrangimentos e objetivos interacionais, criou uma topografia que constrangia todos os presentes a permanecerem numa postura de escuta, argumentação e reflexividade, não criando muitas oportunidades para que corpos e sujeitos experimentassem outras organizações do sensível. Não obstante, como descreveremos mais à frente, irrupções que tensionavam essa normatividade institucional emergiram neste contexto. A exposição do cartógrafo a esse "diagrama" de constrangimentos normativos contribuiu para que o pesquisador adotasse uma postura de espectador dos processos comunicacionais que ocorriam ao seu redor. Isso quer dizer que, apesar de ter gerado muitas informações e ter sido afetado por muitos depoimentos, teve poucas oportunidades de questionar e colocar em risco os entendimentos que formava acerca do que era dito ou gesticulado. Ademais, não pode mapear debates e proposições que ocorreram em outras arenas que não aquela em que se encontrava estático e em posição de escuta.

Por outro lado, tal situação, que colocaria em xeque a característica participativa de sua almejada "participação-observante" (Wacquant, 2002; Goldman, 2016), acabou por permitir que ele adotasse uma postura de aprendiz perante aqueles que debatiam sobre os rumos do protesto antimanicomial de 2019. Quiçá, o impediu de negligenciar conceitos e saberes caros aos sujeitos políticos, como a noção de "remédio anticovardia", que nomeou sua dissertação (Veloso, 2020). Ademais, essa postura estática e reflexiva, porém corporificada, não lhe impediu de interagir com os atores do movimento antimanicomial às margens dos eventos deliberativos. Esse estar presente, como também relataremos mais à frente, para além de ter sido fundamental para se conectar e conhecer mais sobre as vidas dos sujeitos de pesquisa, foi fundamental para a emergência de oportunidades para outros trilhamentos cartográficos junto ao coletivo.

2.2.2 Condições de possibilidade e performatividades

Conforme abordamos, a primeira fase da cartografia com o movimento antimanicomial foi predominantemente estática, logocêntrica e arquivista. Isso ocorreu por conta das características dos eventos-territórios e da postura do pesquisador. Essa situação também introduziu diferença na forma e no conteúdo dos dados gerados (*e-mails* do FMSM, caderno etnográfico). Todavia, estar presente de maneira corporificada nessas interações permitiu observar rastros e gerar dados acerca das condições de possibilidade de existência desses eventos-territórios; um dos importantes objetivos do método de cartografia encarnada que apresentamos na primeira parte do artigo. Também, pelo mesmo motivo, foi possível testemunhar a emergência de eventos, cenas e gestos dissensuais que colocaram em xeque pressupostos, quadros e diagramas preconcebidos formados sobre os sujeitos de pesquisa. Isso porque, ainda que como espectador, o corpo-instrumento do cartógrafo estava em posição de ser afetado e transformado.

Em termos de condições de possibilidade do evento-território deliberações antimanicomiais, nossa cartografia encarnada nos permitiu identificar a importância dos papéis e práticas das instituições de luta antimanicomial e das mulheres trabalhadoras do SUS. Destacamos esse marcador de gênero não para naturalizar ou romantizar o trabalho de cuidado realizado por elas, como nos alerta Laugier (2016) e Biroli (2018), mas para ressaltar como esses fatores sociais (gênero e cuidado) influenciaram diretamente na topografia antimanicomial por nós cartografada. Por exemplo, sem o trabalho e cuidado dessas líderes mulheres na produção de *e-mails* com convocatórias para reuniões deliberativas, atas de reuniões e tantas outras informações produzidas, não seria possível engajar e conectar tantos outros atores e territórios distantes, como centros de atendimento e convivência do SUS, com o processo deliberativo antimanicomial. Ademais, todo o suporte físico dos eventos-territórios deliberativos é consequência da atuação direta dessas trabalhadoras.

A geração de dados acerca dos marcadores sociais corporificados e presentes naquelas interações também foi importante para mapearmos as relações de poder, emergências inesperadas e irrupções dissensuais nas deliberações. Uma análise detalhada de tais marcadores nas atas de reuniões, por exemplo, nos revelou uma predominância de trabalhadoras de saúde, especialmente mulheres, em comparação com usuários dos serviços do SUS e outros apoiadores. Percebemos que isso influenciou na organização das deliberações e tomadas de decisão realizadas acerca do dia de luta antimanicomial.

Entretanto, deslocando nosso olhar dos documentos para as interações concretas vivenciadas, foi evidente para nós que, mesmo em menor número, os usuários do SUS produziam grandes impactos nas reuniões deliberativas. Por exemplo, às margens dos eventos deliberativos, muitos usuários aproveitavam o evento para divulgar e vender peças de artesanato e arte que produziam em oficinas dos centros de convivência da prefeitura de Belo Horizonte como forma de atenuar a precariedade de suas situações financeiras. Também, os usuários presentes nas reuniões deliberativas frequentemente utilizavam suas experiências de vida, inclusive de marginalização e violência em instituições manicomiais, para respaldar seus pontos de vista e proposições, colocando em xeque tanto a posicionalidade da fala de dos outros atores (inclusive do próprio cartógrafo) quanto os próprios rumos da deliberação antimanicomial. A declaração que abaixo resgatamos do usuário Di Terra, que reconstruiu traumas e violências outrora vivenciados em instituições manicomiais por meio de seu discurso, produziu uma verdadeira "cena de

dissenso" na topografia deliberativa, ou seja, uma alteração no "estatuto do visível, da forma como olhamos para as coisas e como nos movemos através delas" (Rancière, 2018, p. 51):

> *Deixa eu falar? Engraçado [...] o choque, eletrochoque, é aplicado a todo louco antigo, a todo "louco" que tá começando a crise, para experimentar [...] mas o pior choque é o choque da rejeição. [...] Quando eu chego lá, no centro de saúde que eu vou, eu quero é descansar meu esqueleto, e não é 15 minutos. Eu quero dormir! Eu quero apagar! Mas não é com remédio! Eu não quero tomar porrada! Pergunto: somos loucos ou somos covardes? [...] A covardia leva a gente a menosprezar o irmão! [...] A gente não percebe que tem gente se preparando pra suicidar, ou pra surtar, e você preocupado com seu vestibular, com seu trabalho, com seu salário todo mês [...] Mas como é que é? Trocar de casa, intercâmbio de loucura com sanidade? (Di Terra, 2019, registros etnográficos do autor).*

Ao testemunhar essas cenas dissensuais, percebemos, primeiramente, como as normas que tanto constrangiam os corpos a um certo tipo de postura deliberativa também atuavam para criação de territórios seguros para a explosão afetiva e emocional dos usuários do SUS (Marques; Veloso, 2022). Ademais, graças à circulação do cartógrafo em outros territórios, foi possível perceber que muitas vezes o dissenso não é algo que se responde instantaneamente. Evidências sobre o efeito performativo dessa cena de dissenso, em específico, emergiram apenas no mapeamento corporificado do protesto de 2019, quando atestamos que a homenagem demandada por Di Terra foi realmente corporificada na cena pública. Retornaremos isso mais à frente.

Por fim, a presença corporificada do pesquisador-cartógrafo nas reuniões deliberativas foi fundamental para preencher algumas das lacunas do mapa que ele possuía sobre a construção do protesto antimanicomial e para que ele tivesse a oportunidade de ser levado a percorrer outros trilhamentos em sua pesquisa.

Em interações com os presentes no evento antimanicomial, o cartógrafo foi finalmente informado que uma expressiva parcela dos processos e do trabalho de construção do protesto dia de luta antimanicomial ocorria nos próprios centros de referência e atendimento à saúde mental da prefeitura de Belo Horizonte e outras instituições relacionadas ao SUS. Aquilo que era deliberado e decidido com relação aos objetivos, temas e repertório artístico do protesto era encaminhado, pela lista de *e-mails* do FMSM e pelos próprios frequentadores das deliberações antimanicomiais, até as instituições supracitadas para que usuários e outras trabalhadoras do SUS construíssem letras de música, fantasias, cartazes e outros elementos que comporiam o repertório artístico do protesto antimanicomial.

A descoberta acima fez com que o cartógrafo compreendesse que, apesar de sua corporeidade e presença serem ricos instrumentos de pesquisa, elas também impõem limitações espaçotemporais muitas vezes incontornáveis. Como estar presente e se engajar, de fato, em evento-territórios que ocorriam simultaneamente com vistas a produção do dia de luta antimanicomial, ou que demandavam abdicar de agendas e demandas de ordem pessoal muitas vezes inegociáveis? Sem respostas para tais dilemas, o cartógrafo recorreu à orientação metodológica de reconhecer suas vulnerabilidades e contar com os próprios sujeitos de pesquisa para definir qual o percurso poderia ser mais proveitoso para seu aprendizado. E isso fez toda a diferença.

2.3 Cartografia corpocentrada

2.3.1 Incertezas nos trilhamentos e topografias

A segunda e a terceira fases de nossa cartografia foram compostas pelos seguintes eventos-territórios: ensaios da escola de samba antimanicomial, seleção de personagens e repertórios carnavalescos do protesto no parque Lagoa do Nado e o próprio dia de luta antimanicomial. A oportunidade de percorrer esses trilhamentos e a maneira como eles foram percorridos foi consequência direta de uma relação previamente estabelecida com um dos sujeitos de pesquisa responsáveis pela própria história do cartógrafo junto a luta antimanicomial.

Às margens de um dos eventos deliberativos antimanicomiais, Maestro, um usuário do sistema de saúde do SUS que o cartógrafo conhecera em 2015 durante a Semana de Saúde Mental na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desempenhava o papel central na organização dos ensaios da bateria antimanicomial que impulsionava o protesto a ser mapeado. Por ter estado presente nos eventos deliberativos, ele pôde se reaproximar de Maestro e teve a oportunidade de se envolver profundamente na construção e execução do protesto ao ser convidado para se tornar um percussionista da escola de samba antimanicomial. Participar ativamente do processo a ser cartografado transformou completamente a maneira como o pesquisador se envolveu nos outros contextos cartografados, alterando também as próprias estratégias e vulnerabilidades na geração de dados cartográficos.

Em contraste com o ambiente de deliberação antimanicomial, o cartógrafo não tinha mais a opção nem o desejo de permanecer como um corpo estático ou observador reflexivo gerando uma "descrição densa" do seu estudo de caso, conforme indicado pelo antropólogo Clifford Geertz (1973), dos eventos que presenciava. Agora, graças a oportunidade concedida por Maestro, almejou que seu corpo-instrumento de pesquisa se engajasse de maneira mais ativa com a construção do protesto antimanicomial: desfilando, dançando, tocando, cantando, gritando, reivindicando e se unindo aos outros na luta por direitos e condições de existência dos sujeitos em sofrimento mental.

Contudo cartografar um processo comunicativo-político em movimento e, sobretudo, enquanto se participa da construção dele implicou em novos desafios e vulnerabilidades cartográficas. Estar concentrado, tocando um instrumento musical no meio de um protesto político, por exemplo, inviabilizou a realização de entrevistas com os demais envolvidos ou a realização de descrições minuciosas sobre a própria *performance* do protesto. Não à toa, Goldman e Favret-Saada (1990 *apud* Goldman, 2016, p. 32-33) destacam a dificuldade de equilibrar as dualidades inerentes à "observação-participante", sugerindo a complexidade e talvez impossibilidade de se engajar em ambas as atividades simultaneamente.

Por outro lado, buscando registrar da melhor forma possível as topografias que explorava, o cartógrafo entendeu que era arriscado demais confiar unicamente na sua memória para a reconstrução textual dos trajetos, condições de possibilidade e

performatividades experienciava concretamente. Optou por adotar uma postura "esquizo", aceitando as contradições e vulnerabilidades que vinham de sustentar, simultaneamente, seus papéis de pesquisador e membro ativo do protesto antimanicomial. Tal decisão exigiu uma alternância entre ações de fotografar e gravar o que estava acontecendo para uma análise e reflexão posteriores e, em seguida, guardar o celular para se reconectar com a escola de samba antimanicomial, transferindo toda sua energia e atenção para contribuir com os ritmos estabelecidos pelo coletivo utilizando o instrumento musical que tinha em mãos.

Embora tenha questionado se essa era a abordagem correta, ponderando sobre o que teria acontecido se tivesse se entregado completamente à experiência participativa, a estratégia escolhida possibilitou a geração de uma variedade de topografias imagéticas de um ponto de vista único. Essas imagens foram essenciais para realização de análises e inferências sobre a construção e *performance* do protesto, resultando em diferentes descobertas relacionadas às condições de possibilidade e efeitos concretos daquele processo na topografia da cidade de Belo Horizonte.

2.3.2 Condições de possibilidade e performatividades

Nos eventos-territórios dos ensaios da bateria antimanicomial, que tinha a responsabilidade de animar e enriquecer musicalmente o protesto político, o pesquisador-cartógrafo teve a oportunidade de explorar novas dimensões topográficas na construção do dia de luta antimanicomial. Além de compreender como a luta antimanicomial promovia uma reconfiguração de capacidades político-expressivas dos integrantes de sua escola de samba a partir de sua própria experiência corporal, ele pôde mais uma vez reconfigurar os quadros de sentido que tinha sobre a luta antimanicomial. Finalmente, entendeu como corporeidades e cultura afro-brasileira eram fundamentais para a construção do repertório artístico daquele coletivo.

Durante uma série de ensaios da bateria antimanicomial, que aconteceram na Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) em Belo Horizonte, o cartógrafo teve a oportunidade de sentir em seu próprio corpo como o trabalho dos monitores de arte dos centros de convivência da prefeitura de Belo Horizonte era essencial para promover a autoestima, cidadania e o desenvolvimento de potenciais artísticos. Ao participar desses ensaios da escola de samba antimanicomial, o cartógrafo, que não tinha nenhuma aptidão para tocar instrumentos de percussão, reconfigurou os limites de sua corporeidade. No entanto, nesses eventos-territórios de ensaio, ele pôde mapear muito mais do que o florescimento artístico de seus companheiros. Isso se deveu ao fato de que o responsável pela condução da bateria antimanicomial lembrava a todos os presentes que esses instrumentos de percussão (tambores, tamborins), ritmos (axé, afoxé, funk) e até mesmo a estrutura do protesto antimanicomial (desfile carnavalesco) não eram aleatórios: eram formas de resistência política afro-brasileira com o objetivo de empoderar e fortalecer a própria luta antimanicomial.

Figura 3 – Cenas dos ensaios da bateria antimanicomial



Fonte: Arquivo pessoal.

Em outro evento-território no parque Lagoa do Nado em Belo Horizonte, foi possível mapear novas dimensões tanto da atuação das mulheres trabalhadoras do SUS como da própria estética da política afro-brasileira na construção do dia de luta antimanicomial.

Naquela ocasião, seria realizada a seleção de personagens carnavalescos e repertórios políticos do protesto antimanicomial. O objetivo era o de recrutar, entre todos os centros públicos de saúde e convivência articulados com o movimento antimanicomial, *performances* e repertórios artísticos que fossem mais sinergéticos com o tema e objetivos que foram deliberados como constitutivos do protesto de 2019.

Especificamente, naquela ocasião, o cartógrafo finalmente testemunhou um evento-território em que a maioria dos participantes era usuária do SUS. No entanto, para que esse alto grau de inclusividade fosse efetivado na prática, foi necessário o uso de uma série de novos apoios e recursos especiais. O mapeamento corporificado daquele evento permitiu observar o

fornecimento de ônibus de transporte, decorações, lanches, fantasias, músicos contratados, instrumentos musicais e outros equipamentos. Tudo isso reforça a ideia de que a ação política de sujeitos mais vulneráveis do que outros não é automática; ela depende de uma série de lutas e conquistas anteriores (Butler, 2018).

Essa outra topografia política, com suas características de inclusividade distintas, ampliou os repertórios comunicativo-políticos antimanicomiais que tínhamos mapeado até então, indo além da argumentação deliberativa e suas ocasionais variações. A capacidade de apresentar propostas sobre como o protesto poderia ser moldado a partir de *performances* artísticas afro-brasileiras, como o samba e o carnaval, criou uma topografia político-comunicativa muito mais democrática. Isso ocorre porque a participação política de sujeitos mais vulneráveis muitas vezes requer uma expansão das possibilidades discursivas para além da simples fala (Mendonça; Ercan; Asenbaum, 2022). Além disso, a capacidade de se apresentar de maneiras diferentes também altera o próprio *status* de reconhecimento dos usuários dos serviços públicos de saúde mental, que geralmente são estigmatizados devido aos preconceitos associados ao sofrimento mental (Veloso, 2020, 2022).

Figura 4 – Seleção de personagens carnavalescos do protesto antimanicomial de 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Tudo ocorria como se o protesto que estava sendo construído fosse uma bricolagem espaçotemporal, combinando topografias, corpos e performatividades experimentadas em ocasiões anteriores, mas que, em uma determinada ocasião, geravam algo inédito e ampliado em qualidade, escala e intensidade. A criação do samba-enredo, os adereços provenientes de diversos contextos e as frases que compunham rimas e gestos eram todos elementos emprestados de variados ambientes e vivências. Isso intensificava a percepção da cartografia encarnada como parte integrante do processo construtivo de cenas nas quais os indivíduos se desvinculavam de identidades preestabelecidas, remodelando suas corporeidades por meio de narrativas críticas. Essas narrativas empregavam a bricolagem e a justaposição de discursos, gestos, imagens e conhecimentos com o objetivo de transformar a maneira como se apresentavam socialmente. Durante os preparativos para a manifestação do Dia da Luta Antimanicomial, foi evidente um processo de apropriação semelhante ao descrito por Jacques Rancière (1995). Ele, ao interpretar Karl Marx, caracteriza a emancipação como um processo no qual os sujeitos se apropriam das palavras do discurso dominante para alcançar audibilidade e visibilidade:

> Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar nesse disfarce e nessa linguagem emprestada (Marx, 1969, p. 27).

Tomar emprestadas as roupas, os discursos ou mesmo os gestos e hábitos dos outros, de tempos outros, para agir "como se" fossem iguais é um dos aspectos centrais da prática emancipatória para Rancière (2019, p. 76), pois "institui uma cena de interlocução através de uma dramaturgia". Fazer "como se" a cena de interlocução existisse, tomando emprestada a linguagem do outro, não se reduz a usar as palavras desse outro, mas apropriar-se performaticamente de sua língua, retorcendo-a, arrancando seu sentido normal, seu sentido legítimo (Butler, 2018, 2021). Para Rancière (2019), a cena é produzida quando uma demanda por justiça é elaborada nesse exercício fabulativo promovendo, assim, outras possibilidades de arranjos e articulações que alteram a dinâmica do aparecer dos sujeitos e dos acontecimentos, reorganizando o escopo do legível, do audível e do inteligível e retirando-o de uma ordem hierárquica.

Figura 5 – Seleção de personagens carnavalescos do protesto antimanicomial de 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

A linguagem da emancipação "se forma com palavras da língua do outro, palavras emprestadas que são retorcidas e perdem seu sentido normal, legítimo" (Rancière, 2019, p. 79). Essa é uma linguagem que nos confronta a outros dizeres e rostos, que nos força a pensar e que configura a cena para tornar visível a invisibilidade das desigualdades, para oferecer imagens excessivas de hierarquias que se recusam a emprestar suas palavras àqueles que não deveriam aparecer, que não deveriam ter tempo para criar, nem espaços outros para transitar.

A língua da singularidade igualitária é uma língua idiomática que retoma as palavras, que modifica seu uso, que mistura os gêneros e varia as relações entre o próprio e o figurado. Assim, podemos dizer que, fundamentalmente, o idioma igualitário é como uma linguagem emprestada (Rancière, 2019, p. 79).

A cartografia encarnada nos permitiu acompanhar a inscrição dos corpos no processo de instauração da cena enquanto espaço de aparecimento daqueles que frequentemente não são considerados como interlocutores. "Poderíamos dizer que o conceito de partilha do sensível é uma noção performativa, uma vez que ela nos permite analisar o que torna uma situação ou uma ação política" (Rancière, 2016, p. 84). A performatividade da cena faz com que seja um "operador de diferença", permitindo operações teóricas que vão reenquadrar a configuração de um problema, o aparecimento de sujeitos políticos e os modos de sua apreensão e consideração. Assim, os sujeitos podem desconstruir identidades impostas, fabular novas topografias para suas experiências e novas possibilidades de transformação.

Tendo considerado essas importantes dimensões teórico-práticas da ação coletiva antimanicomial e da nossa cartografia encarnada, examinaremos agora condições de possibilidade e performatividades do protesto antimanicomial no espaço público da cidade de Belo Horizonte. O registro cartográfico acima (Figura 5), que corporificava o tema do protesto "Saúde às diversas gentes: de mãos dadas contracorrentes", indica alguns rastros da territorialização democrática, solidária e pautada pelo cuidado com o próximo que ocorrera nas praças e ruas da cidade.

No que diz respeito aos suportes necessários para que corpos mais vulneráveis que os demais – como de sujeitos em situação de sofrimento mental – tivessem condições de chegar, permanecer e circular no espaço público, demandam-se recursos e trabalho intensivo das trabalhadoras. Além disso, o cuidado constante, desempenhado por trabalhadoras, familiares e outros presentes eram necessários, auxiliando as pessoas a atravessarem as ruas, a não se perderem, dentre outras coisas. Nesse sentido, uma topografia de cuidado para com o outro foi performada enquanto condição para luta política antimanicomial.

Em segundo lugar, foi possível atestar como todo o trabalho em oficinas artísticas nos centros de saúde e convivência da prefeitura de Belo Horizonte, assim como nos ensaios da bateria antimanicomial, a partir da interação trabalhadores e usuários, se tornava visível, sensível e encarnado. Na Figura 6, registramos uma de inúmeras cenas que compuseram a topografia do dia de luta antimanicomial de 2019 em que não apenas a capacidade artística, mas o próprio sujeito em situação de sofrimento mental, geralmente estigmatizado, tinha oportunidade de ser reconhecido e valorizado de outra maneira.

Figura 6 – Seleção de personagens carnavalescos do protesto antimanicomial de 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Graças à participação do cartógrafo nos eventos deliberativos antimanicomiais, foi possível também verificar que a territorialização antimanicomial na cidade de Belo Horizonte estava conectada com aquilo que fora debatido, projetado e sonhado nas deliberações antimanicomiais.

O registro cartográfico a seguir (Figura 7) demonstra que a emocionante narrativa e intervenção de Di Terra na deliberação antimanicomial, que reivindicava uma homenagem a figuras históricas da luta antimanicomial, fora prontamente atendida. Contudo, a materialização dessa resposta foi produzida por outras mãos, em eventos-territórios que o cartógrafo não pôde identificar, mas cuja conexão topográfica pôde ser feita graças à possibilidade de ter estado presente nos eventos deliberativos.

Figura 7 – Memória encarnada no protesto antimanicomial



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 8 – Memória encarnada no protesto antimanicomial



Fonte: Arquivo pessoal.

Por fim, cabe destacar como o dia de luta antimanicomial, graças ao uso de repertórios político-artísticos carnavalescos, indígenas e de cultura afro-brasileira, também hibridizava historicidades, etnias, raças e lutas sociais num mesmo corpo político, ou *demos*, que suspendia paisagens e ritmos temporais do cotidiano para, assim, reivindicar uma democracia mais justa, igualitária e responsiva às urgências daqueles mais vulneráveis que os demais (figuras 9 e 10).

O desfile de carnaval nos solicita outra compreensão do mapa semântico, das temporalidades e espacialidades redefinidas pelo corpo coletivo. Para cada pessoa há *performances* distintas envolvidas na manifestação. Contudo, todas se envolvem na elaboração de uma coreografia que marca as possibilidades de posicionamento do corpo, de ginga, de desvio e produção de agenciamentos que combinam avanço, recuo, camuflagem e constante redefinição de gestos.

Leda Maria Martins (2021, p. 23) fala da potência da música e das coreografias das danças para produzir operações de fuga que se definem por meio da "inscrição corporal como grafias performadas na dinâmica do movimento e na experimentação da temporalidade como movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade do passado, presente futuro". As temporalidades curvas do canto e da dança trazem a ancestralidade para o presente, para o gesto sobrevivente de grafar o saber no corpo criar repertórios nos quais "dança-se a palavra, canta-se o gesto, em todo movimento ressoa uma coreografia da voz, uma partitura da dicção, uma pigmentação grafitada da pele, uma sonoridade de cores" (Martins, 2021, p. 36). A pesquisadora define as afrografias e as oralituras como grafias vocais e corporais que salientam "o encontro entre temporalidades distintas, em um movimento espiralar, no qual os eventos não seguem uma linearidade, mas se organizam e se escrevem no gesto, no movimento, na coreografia, nos solfejos da vocalidade" (Martins, 2021, p. 130).

O carnaval na manifestação é um evento corpóreo que inscreve experiências em uma espacialidade redefinida pela dança, uma forma de conhecimento contestatória que atualiza a memória e gera um espaço cenográfico de desidentificação e transformação dos esquemas de representação. O repertório de saberes incorporados na manifestação cria uma comunidade de afetos que se define por meio de linguagens corporais, ritmos, paisagens e gestos, abrindo passagens entre o visível e o invisível.

Figura 9 – Alas antimanicomiais: rainha de bateria e comunistas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 10 – Alas antimanicomiais: povos indígenas



Fonte: Arquivo pessoal.

Assim, acreditamos que as condições de possibilidade dessas corporeidades heterogêneas e os repertórios político-artísticos, sobretudo afro-brasileiros (como o desfile de escola de samba antimanicomial), experienciados na cartografia realizada, nos permitiram interpretar que a topografia da cidade de Belo Horizonte estava gerando uma "crioulização" do espaço público. Nos termos de Edouard Glissant (2005), a "crioulização"[5] é um tipo de composição por elementos heterogêneos que "se intervalorizam", ou seja, que não operam pela degradação ou diminuição de uns pelos outros, e que formam uma entidade compósita que resiste à homogeneidade e "unicidade da língua". No caso específico da "crioulização antimanicomial", a cartografia demonstrara que a "intervalorização" que ela provocou no espaço público permitiu formar um território compósito que simultaneamente suportava e habilitava a existência de uma comunidade sensível aberta à diferença e à heterogeneidade, reivindicando a emergência de uma democracia que se legitima pela capacidade de criar alianças e alimentar uma ética do cuidado em relação aos mais vulneráveis.

3 Reflexões finais: a cartografia como uma resposta metodológica e ética às lutas e inovações democráticas

Neste artigo, nos dedicamos a explorar as vulnerabilidades e potencialidades da "cartografia encarnada" como uma resposta metodológica e ética para pesquisas que se concentram em mapear os dilemas e inovações democráticas promovidos por indivíduos, coletivos e instituições cidadãs, como é o caso dos movimentos sociais. Começamos definindo a cartografia encarnada como um método que combina participação e observação, no qual o pesquisador se envolve de maneira corporal com os fenômenos, processos e sujeitos que deseja estudar. O objetivo é mapear tanto as condições que possibilitam quanto os efeitos interacionais (performatividades) de suas ações políticas. Aprofundamos essa ideia por meio de uma análise detalhada de uma participação-observante conduzida em 2019, que se concentrou no processo de construção e execução do Dia de Luta Antimanicomial na cidade de Belo Horizonte. Durante esse estudo, o envolvimento corporificado do pesquisador desempenhou um papel crucial para entender as nuances complexas e as dinâmicas interacionais presentes nesse ambiente específico de ativismo.

Ao longo do artigo, nós afirmamos que uma cartografia social, fundamentada em um método encarnado de participação-observante, é inerentemente vulnerável. Esta vulnerabilidade é evidenciada quando o pesquisador se permite ser envolvido e guiado pelos fenômenos e sujeitos de pesquisa, cujas ações políticas estão sob escrutínio. Em tal contexto, o percurso do cartógrafo e as opções para a geração de dados são intensamente influenciadas pelo "evento-território" que está sendo explorado. O pesquisador assume a posição de mapear os gestos, as motivações e práticas descritas e levadas a termo pelos participantes, tomando o cuidado de inventariar tanto as escolhas feitas para a construção de agenciamentos quanto as possibilidades que foram deixadas de lado.

Em nossa análise, não encontramos uma estratégia de coleta de dados de campo padronizada para uma posterior avaliação. No entanto, identificamos que essa vulnerabilidade inerente pode também representar uma oportunidade, uma abertura para explorar caminhos não planejados e fornecer *insights* únicos e inovadores sobre um fenômeno social específico. Isso é particularmente verdadeiro quando aquilo que se pensava saber sobre os territórios explorados é constantemente desafiado e testado. Além disso, como procuramos destacar, muitos dos eventos e interações vivenciados nesse tipo específico de cartografia exigem a aplicação de conceitos que não foram inicialmente considerados no desenho da pesquisa original.

Apesar dessa abertura à contingência, ao marginal, ao inusitado e ao imponderável, buscamos também demonstrar que há possibilidades de fazer importantes inferências sobre as condições de possibilidade, os efeitos e as inovações democráticas da ação política cidadã. Isso ocorre porque, como observado na luta antimanicomial, existem certos diagramas de relações e fatores, como o trabalho das trabalhadoras de saúde pública e o repertório artístico afro-brasileiro, que servem repetidamente como suportes e princípios para a ação política desses mesmos sujeitos, mesmo que em eventos-territórios distintos. Por outro lado, esses fatores também podem promover efeitos diversos na partilha política do sensível, como evidenciado nas cenas de dissenso e nas crioulizações antimanicomiais.

A cartografia encarnada voltada para lutas políticas e inovações democráticas não se limita a mapear as demandas dos movimentos sociais. Ela também desempenha um papel crucial ao identificar as vulnerabilidades, possibilidades e impactos políticos de suas ações. Isso inclui a identificação do que é essencial ou do que está ausente para engajar-se politicamente, exercer a cidadania, lutar pelo reconhecimento, reivindicar direitos e/ou modificar os vetores sociais que ameaçam a existência dos envolvidos. Nesse contexto, mapear movimentos sociais implica decifrar como a interação social, comunicativa e dissensual, em menor ou maior grau, capacita os participantes a influenciar contextos políticos e sociais mais amplos. Em última análise, visa desnaturalizar práticas participativas, compreendendo como territorialidades e temporalidades foram moldadas na encarnação da luta antimanicomial. Desta forma, acreditamos ser possível revelar que novas configurações democráticas estão sendo testadas, que já estão mesclando e transformando o panorama atual, indicando a emergência de novos territórios, instituições e modos de sociabilidade.

Referências

AMARANTE, P. *Loucos pela vida*: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. São Paulo: SciELO-Editora Fiocruz, 1995.

[5] "A palavra 'crioulização', obviamente, vem do termo crioulo(a) e da realidade das línguas crioulas. E o que é a língua crioula? É uma língua compósita, nascida do contato entre elementos heterogêneos uns aos outros" (Glissant, 2005, p. 18).

BÄCHTIGER, A.; DRYZEK, J.; MANSBRIDGE, J.; WARREN, M. *The Oxford handbook of deliberative democracy.* Oxford, Oxford University Press, 2018.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. *The logic of connective action*: Digital media and the personalization of contentious politics. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. *Marcos de guerra.* Las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BUTLER, J. *Parting ways*: Jewishness and the critique of Zionism. New York: Columbia University Press, 2012.

BUTLER, J. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. *When gesture becomes event*. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 171-191.

BUTLER, J. *Corpos em Aliança e a política das ruas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. Bodies that still matter. *Raisons Politiques*, 76(4): p. 15-26, 2019.

BUTLER, J. *Discurso de ódio*: uma política do performativo. São Paulo: Unesp, 2021.

CHAMBERS, S. Teoria democrática deliberativa. Revisão anual da ciência política. *San Mateo*, 6(1):307-326, 2003.

COLE, A. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. *Critical Horizons*, 17(2):260-277, 2017.

DE BARROS, L. P; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V; ESCOSSIA, L. (orgs.). *Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, Sulina, 2009. p. 52-75.

DELEUZE, G. *Foucault*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988.

FINEMAN, M. Vulnerability and inevitable inequality. *Oslo Law Review*, 4(3):133-149, 2017.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. New York: Basic Books, 1973.

GLISSANT, E. *Introdução a uma poética da diversidade.* Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia.* Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

HABERMAS, J. *Facticidade e validade*: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. São Paulo: Unesp, 2022 [1992].

LAUGIER, S. Politics of vulnerability and responsibility for ordinary others. *Critical Horizons*, 17(2):207-223, 2016.

MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (eds.). *Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy*. New York, Oxford University Press, 2014.

MARQUES, Â. C. S.; VELOSO, L. H. N. *Habermas, Foucault e a "vulneronormatividade"*: interfaces entre a norma e a experiência. *Princípios: Revista de Filosofia*, 29(59):202-231, 2022.

MARQUES, Â. C. S.; MAIA, R. C. M. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Politica & Sociedade*, 7(12):143-175, 2008.

MARTINS, L. M. *Performances do tempo espiralar.* Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MENDONÇA, R. F. Táticas cotidianas e ação coletiva: a resistência das pessoas atingidas pela hanseníase. *Varia História*, 28:341-360, 2012.

MENDONÇA, R, F.; ERCAN, S, A.; ASENBAUM, H. More than words: A multidimensional approach to deliberative democracy. *Political Studies*, 70(1):153-172, 2022.

PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce*: Selected Philosophical Writings (1893-1913). Bloomington: Indiana University Press, 1998.

RANCIÈRE, J. *La Mésentente*: politique et philosophie. Paris: Galilée, 1995.

RANCIÈRE, J. *The method of equality*. Interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Cambridge: Polity Press, 2016.

RANCIÈRE, J. *Les temps modernes*: Art, temps, politique. Paris: La Fabrique, 2018.

RANCIÈRE, J. *El litigio de las palabras*: diálogo sobre la política del lenguaje. Barcelona: Ned Ediciones, 2019.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia.* São Paulo: SciELO- Unesp, 2017.

SILVA, M. V. "O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares". *In*: Conselho Federal de Psicologia (org,). *Loucura, ética e política*: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TARROW, S. *O poder em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TILLY, C. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. *In*: TRAUGOTT, M. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

VAUGHAN, L. *Mapping Society*: The spatial dimensions of social Cartography. London: UCL Press, 2018. DOI: 10.2307/j.ctv550dcj

VELOSO, L.H.N.; MARQUES, Â. C.S. Vulneráveis ou vítimas? A experiência das redes de luta antimanicomial em Belo Horizonte e a construção relacional de biopotências. *Lumina*, 12(2):59-78, 2018.

VELOSO, L. H. N. *"Remédio anti-covardia"*: cartografia de vulnerabilidades, comunicação e política na construção e performatividade do dia de luta antimanicomial. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

VELOSO, L. H. N. Do arcabouço discursivo à performance corporificada: o conceito de vulnerabilidades em processos de participação democrática. *Agenda Política*, 10(3):13-47, 2022.

WACQUANT, L. *Corpo e alma*: notas etnográficas de um aprendiz de boxe Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Artigo submetido em 20/04/2023
Aceito em 04/10/2023